

Projeto de Normas e Diretrizes Planos de Benefícios Comunitários Acordos de Benefícios Comunitários

*Escritório Executivo de Energia e Assuntos Ambientais
Escritório de Justiça e Equidade Ambiental
setembro de 2025*



Índice

Planos de Benefícios Comunitários.....	0
Acordos de Benefícios Comunitários	0
I. Introdução.....	2
A. Visão Geral.....	2
B. Termos-chave	2
C. A Importância dos Planos de Benefícios Comunitários	3
D. Consideração de CBPs e CBAs no Processo de Permissão Consolidada.....	4
i. Processo de Desenvolvimento.....	5
ii. Capacidades de Execução	6
II. Definindo Benefícios para a Comunidade	7
III. Processo de Engajamento Comunitário	8
A. Princípios Fundamentais do Engajamento Eficaz	9
B. Processo de Engajamento Passo a Passo.....	10
IV. Transformando Compromissos em Ações.....	13
A. Responsabilidade por Meio da Estrutura.....	14
B. Garantindo Flexibilidade, Mantendo a Integridade	14
V. Estruturação de um Plano de Benefícios Comunitários.....	14
A. Componentes Recomendados do CBP pelo OEJE	14
B. Tom e Acessibilidade	16
VI. Exemplos de Compromissos Significativos	16
VII. Supervisão e Responsabilidade	19
VIII. Sustentabilidade a Longo Prazo.....	20
IX. Construindo Confiança, Gerando Impacto	21
X. Estudos de Caso e Recursos Adicionais	21

I. Introdução

A. Visão Geral

A Act Promoting a Clean Energy Grid, Advancing Equity, and Protecting Ratepayers (2024 Climate Act) (Lei que Promove uma Rede de Energia Limpa, Promove a Equidade e Protege os Contribuintes (Lei Climática de 2024) exige que o Escritório de Justiça e Equidade Ambiental (OEJE), no Escritório Executivo de Energia e Assuntos Ambientais (EEA), desenvolva padrões e diretrizes que regem o uso potencial e a aplicabilidade de Planos de Benefícios Comunitários (CBPs) e Acordos de Benefícios Comunitários (CBAs), bem como Análises de Impacto Cumulativas (CIA), a serem conduzidas pelos proponentes de projetos. Como parte do engajamento significativo, da CIA e da hierarquia de mitigação (evitar, minimizar e mitigar) necessários, os proponentes de projetos devem trabalhar com as comunidades para desenvolver CBPs ou CBAs para apoiar esse processo. O OEJE incentiva os proponentes de projetos a identificar oportunidades de investimento no bem-estar a longo prazo das comunidades impactadas.

Os CBPs e os CBAs desempenham um papel crucial para garantir que a implementação de projetos de energia esteja alinhada aos princípios da EJ, promovendo a participação inclusiva e garantindo que os benefícios e os ônus da transição sejam compartilhados de forma justa. Os princípios da EJ incluem: (i) o envolvimento significativo de todas as pessoas com relação ao desenvolvimento, implementação e execução de leis, regulamentos e políticas ambientais, incluindo políticas de mudança climática; e (ii) a distribuição equitativa de benefícios e ônus ambientais e energéticos. Esses padrões e diretrizes enfatizam a proporcionalidade, reconhecendo que a escala dos compromissos deve corresponder ao tamanho de um projeto. Ao fazê-lo, eles fornecem uma estrutura que é equitativa e prática para diferentes escalas de investimentos, preparando o cenário para uma implementação clara e consistente.

B. Termos-chave

- **Plano de Benefícios Comunitários (CBP):** Um documento não juridicamente vinculativo que descreve como um projeto irá envolver e beneficiar as comunidades locais durante o desenvolvimento e a operação de uma instalação de energia.
- **Acordo de Benefícios Comunitários (CBA):** Um acordo negociado e juridicamente vinculativo entre um proponente a projeto e uma comunidade, geralmente representado por uma coalizão de grupos comunitários ou um órgão do governo local, que descreve os benefícios que as comunidades receberão.
- **Análise de Impacto Cumulativo (CIA):** Uma análise que avalia os impactos e encargos cumulativos que devem ser concluídos por determinados candidatos a

projetos de instalações de infraestrutura de energia de acordo com G.L. c. 164 § 69G e 980 CMR 15.00.

- **Princípios de Justiça Ambiental (EJ):** Princípios que apoiam a proteção contra a poluição ambiental e a capacidade de viver e desfrutar de um ambiente limpo e saudável, independentemente de raça, cor, renda, classe, deficiência, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia ou ancestralidade, crença religiosa ou proficiência na língua inglesa, o que inclui: (i) o envolvimento significativo de todas as pessoas com relação ao desenvolvimento, implementação e execução de leis, regulamentos e políticas ambientais, incluindo políticas de mudança climática; e (ii) a distribuição equitativa de energia e benefícios ambientais e ônus ambientais.
- **Principais Partes Interessadas:** Membros do público, incluindo moradores locais, grupos de interesse público e organizações de uma comunidade localizada a menos de uma milha de uma Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa proposta ou Instalação sob M.G.L. c. 164, §69G que possa ser afetada por esse projeto, ou uma pessoa ou organização que represente os moradores locais. As principais partes interessadas podem incluir moradores vizinhos (proprietários e inquilinos) e empresas, organizações comunitárias, comunidades de justiça ambiental, autoridades municipais eleitas ou nomeadas (por exemplo, prefeito ou gestor municipal, membros relevantes do Conselho ou da Diretoria Seletiva, presidente(s) da Comissão de Conservação, Conselho de Planejamento, Conselho de Zoneamento e chefe do Departamento de Obras Públicas), autoridades de planejamento regional e tribos reconhecidas federal e estadualmente.
- **Engajamento significativo:** engajamento público precoce, contínuo, acessível e culturalmente competente que permite a contribuição da comunidade que informa a tomada de decisões e políticas públicas.

C.A Importância dos Planos de Benefícios Comunitários

Os CBPs podem reduzir a oposição das comunidades e os atrasos, ao mesmo tempo em que aceleram o desenvolvimento e a implementação do projeto.

Um CBP é um documento não juridicamente vinculativo que descreve como um projeto se envolverá e beneficiará as comunidades locais durante o desenvolvimento e a operação de uma instalação de energia. Os CBPs servem como uma base importante para a construção de relacionamentos e transparência. Um CBP pode abrir caminho para futuros CBAs juridicamente vinculativos, assinados por proponentes de

projetos e municípios, grupos comunitários e/ou organizações comunitárias (CBOs), que formalizam os compromissos assumidos com as comunidades. Ao estabelecer colaboração antecipada, os CBPs podem delinear o projeto proposto e os processos relacionados para estabelecer uma comunicação aberta e reunir as principais partes

interessadas desde o início. Os CBPs ajudam a alinhar os projetos de energia com as expectativas e necessidades das comunidades anfitriãs e dos moradores impactados, priorizando suas experiências e preocupações. Para os proponentes de projetos, os CBPs e as CBAs criam um processo estruturado que reduz a incerteza, traz à tona os problemas antecipadamente, reduz atrasos e promove relacionamentos mais fortes com as comunidades anfitriãs.

Plano de Benefícios Comunitários (CBP)	Acordo de Benefícios Comunitários (CBA)
- Plano não legalmente executável criado por um desenvolvedor de projeto, em consulta com a comunidade impactada - Resumo do envolvimento da comunidade - Descreve o compromisso de um desenvolvedor em atender às necessidades da comunidade	- Acordo juridicamente vinculativo negociado entre municípios ou organizações comunitárias e desenvolvedores - Descreve benefícios específicos que o desenvolvedor fornecerá à comunidade Exigível em tribunal, o que dá às comunidades uma garantia mais forte de que o promotor cumprirá os seus compromissos Um CBA pode ser um resultado de um CBP

D. Consideração de CBPs e CBAs no Processo de Permissão Consolidada

Os CBPs e os CBAs são ferramentas valiosas para refletir as contribuições e necessidades da comunidade e os compromissos dos proponentes do projeto. O esboço abaixo reflete a potencial incorporação dos CBPs nos processos de localização e licenciamento do EFSB e dos municípios.

i. Processo de Desenvolvimento

Em consonância com os requisitos de engajamento pré-protocolo do EFSB e do DOER, os proponentes do projeto devem demonstrar engajamento significativo com os moradores, os municípios e as CBOs. Como parte desse processo, o OEJE recomenda que os proponentes desenvolvam e discutam uma minuta de CBP com os membros da comunidade durante a fase de pré-protocolo. As discussões iniciais devem conscientizar as comunidades sobre os potenciais impactos do projeto proposto nos indicadores de saúde pública e ambientais, bem como sobre quaisquer medidas de mitigação propostas. Além de coletar feedback sobre a rota ou opção de local preferencial, os proponentes devem trabalhar com as principais partes interessadas para identificar as necessidades, preocupações e prioridades locais que possam informar o desenvolvimento dos benefícios propostos.

Projetos equitativos começam com o envolvimento significativo da comunidade — eles incluem ativamente os membros da comunidade na definição de prioridades e benefícios.

Após o aprimoramento desse processo, a minuta do CBP deve ser submetida, juntamente com a proposta do projeto, ao EFSB e aos municípios relevantes. Isso garante que os tomadores de decisão – seja em nível estadual ou local – tenham o registro mais atualizado do feedback da comunidade e dos benefícios propostos no início do processo de revisão.

Após a submissão de uma minuta de CBP, esta deve permanecer um documento vivo, que pode ser aprimorado por meio do engajamento contínuo com os membros da comunidade e as autoridades de licenciamento relevantes. No contexto de um processo do EFSB, a minuta CBP fará parte do registro formal da solicitação e deverá ser revisada juntamente com outros materiais do projeto durante os processos de adjudicação e consulta pública da agência. Para processos de licenciamento municipais ou locais, a minuta CBP também deve ser compartilhada com os conselhos, comissões ou departamentos relevantes para informar sua revisão e garantir que os tomadores de decisão locais tenham uma compreensão completa dos benefícios propostos para a comunidade.

Seja sob a jurisdição do EFSB ou de um município, os proponentes de projetos devem continuar se reunindo com representantes da comunidade após a submissão da minuta CBP para responder aos feedbacks, ajustar os compromissos conforme apropriado e manter a transparência sobre a evolução do plano. Essas discussões devem abordar como os benefícios propostos se alinham às necessidades identificadas da comunidade, complementam quaisquer medidas de mitigação e são estruturadas para acompanhamento a longo prazo.

Os proponentes de projetos devem finalizar um CBP antes da conclusão do processo de revisão. Em alguns casos, o CBP pode ser formalizado em um CBA, que pode ser concluído após a conclusão do processo de revisão. Em outros casos, o próprio CBP servirá como documento norteador para a entrega dos benefícios sem um acordo formal. Embora a aprovação final do projeto não dependa da existência de um CBA, os proponentes são fortemente incentivados a ter um CBP finalizado – e, quando viável, um CBA condicional – em vigor antes do final do processo de revisão. Um CBA condicional deve ser estruturado para entrar em vigor somente após a aprovação final do projeto pelo EFSB ou pelo representante relevante do governo local.

Ao concluir esse processo, os proponentes confirmam sua prontidão para entregar os benefícios à comunidade conforme prometido, reforçando a confiança, a responsabilidade e os relacionamentos positivos de longo prazo com as comunidades que hospedam o projeto.

ii. Capacidades de Execução

O EFSB acolhe com satisfação os esforços dos Proponentes para se envolverem em discussões com os municípios que hospedam a infraestrutura e as partes interessadas afetadas sobre a prevenção, minimização e mitigação de impactos, incluindo discussões sobre um CBP ou CBA. O EFSB considera um CBP ou um CBA como evidência de como um projeto proporcionará benefícios adicionais à comunidade anfitriã. No entanto, o EFSB não aprova nem e aplica CBAs; a responsabilidade pela sua execução cabe às partes que assinaram os acordos.

Os processos locais de licenciamento e execução podem diferir, especialmente quando um município é signatário de um CBA. Nesses casos, o município pode ter um papel direto em garantir o cumprimento dos termos do acordo. Os municípios também devem estabelecer um processo claro de monitoramento e relatórios sobre o cumprimento. Caso os compromissos não sejam cumpridos, os municípios podem exercer sua autoridade de execução, incluindo penalidades ou ações corretivas. Os municípios são fortemente incentivados a trabalhar em coordenação com as CBOs para garantir transparência e responsabilização. Independentemente dos mecanismos formais de execução em vigor, o OEJE incentiva fortemente os proponentes de projetos a tratar os compromissos assumidos em CBPs ou CBAs como obrigações morais e operacionais vinculativas.

II. Definindo Benefícios para a Comunidade

Os benefícios para a comunidade são os resultados tangíveis e duradouros que um projeto proporciona em resposta às prioridades, necessidades e preocupações das comunidades que impacta. Quando os benefícios para a comunidade são concebidos em parceria com as comunidades, podem ajudar a construir confiança, abordar as desigualdades e garantir que a transição para energia limpa cumpra a sua promessa de EJ e equidade.

Benefícios para a comunidade, projetados com e para comunidades impactadas, são essenciais para o avanço da descarbonização e da justiça ambiental.

Benefícios Significativos

Os benefícios devem ser definidos por meio de diálogo direto com a comunidade, reconhecendo que as necessidades variam de acordo com a geografia, a cultura e o contexto. Para algumas comunidades, um benefício significativo pode ser a capacitação da força de trabalho e oportunidades de emprego; para outras, pode ser a melhoria da qualidade do ar, o acesso a energia renovável, investimentos em infraestrutura local ou financiamento para iniciativas lideradas pela comunidade. Um proponente de projeto também pode propor um benefício que melhore a pontuação de um indicador não diretamente impactado pelo projeto proposto. **O mais importante é que os benefícios sejam responsivos aos objetivos declarados pela própria comunidade.**

Para apoiar uma compreensão consistente das potenciais áreas de impacto, o OEJE reconhece quatro grandes categorias onde os benefícios para a comunidade geralmente tomam forma:

- 1. Justiça Ambiental e Equidade:** Abordando danos históricos, reduzindo os impactos ambientais e garantindo que as comunidades mais afetadas recebam acesso prioritário à energia e aos benefícios ambientais, energia limpa e proteção à saúde pública.
- 2. Desenvolvimento Econômico e Criação de Força de Trabalho:** Criação de empregos bem remunerados e acessíveis para moradores locais, apoio a pequenas empresas e empresas pertencentes a minorias e construção de oportunidades econômicas de longo prazo.
- 3. Infraestrutura e Suporte Comunitário:** Investir na infraestrutura física e social que as comunidades precisam para prosperar, como moradia acessível, acesso a transporte, banda larga ou creches.
- 4. Implementação de Proteções Ambientais e de Saúde Pública:** Proteger a saúde das pessoas e o ambiente natural por meio de esforços de preservação, prevenção e controle da poluição, restauração de terras e habitats e medidas de resiliência climática.

Determinando Benefícios Relevantes

Nem todos os benefícios se aplicam a todos os projetos, e os projetos podem ter benefícios não incluídos nessas categorias. A relevância de um benefício dependerá das particularidades do projeto e da localização, do relatório da CIA ou da avaliação de adequação do local (conforme aplicável), bem como das prioridades e necessidades das comunidades impactadas. Na medida do possível, os proponentes devem trabalhar com as comunidades impactadas desde o início e com frequência para definir quais benefícios são mais relevantes para elas. Os CBPs devem explicar claramente como os benefícios foram identificados em colaboração com a comunidade, como abordam necessidades ou danos específicos e como serão entregues e mensurados ao longo do tempo.

Benefícios Rastreáveis.

Por fim, os benefícios devem ser mais do que aspirações e promessas. Um CBP significativo inclui compromissos claramente definidos, estratégias de implementação específicas, cronogramas e métricas de responsabilização. Mitigação e benefícios não são a mesma coisa nesses processos. Mitigação refere-se a ações tomadas para evitar, minimizar ou reduzir os impactos adversos específicos de um projeto no meio ambiente ou na comunidade. Essas medidas devem ser exigidas como parte das condições padrão de uma licença de projeto. Em contrapartida, os benefícios devem contribuir para o bem-estar geral, a estabilidade e a resiliência da comunidade de maneiras que reflitam as prioridades locais. Um proponente de projeto deve considerar a designação de um responsável pela conformidade ambiental, responsável perante a comunidade, que seja responsável por monitorar as medidas de mitigação, manter documentação transparente e fornecer regularmente essas informações às comunidades dentro da área geográfica do projeto.

III. Processo de Engajamento Comunitário

O engajamento comunitário efetivo é a base de um CBP forte. Ele garante que as vozes da comunidade, especialmente aquelas desproporcionalmente afetadas por danos ambientais, sejam centralizadas nas decisões que as afetam. Nestas diretrizes, "comunidade" se refere não apenas aos governos municipais ou autoridades eleitas, mas também a todo o espectro de pessoas e organizações que vivem, trabalham ou são diretamente impactadas na área geográfica por projetos de infraestrutura energética. Isso inclui CBOs que representam os diversos constituintes de um bairro ou região. Muitos desses grupos atuam como mensageiros confiáveis e administradores de longa data da saúde pública, da qualidade ambiental e da equidade social em suas comunidades. Em vez de depender apenas de uma divulgação fragmentada ou isolada, esse processo deve reunir as principais partes interessadas coletivamente, permitindo espaço para que moradores e organizações compartilhem informações, construam consenso e defendam as prioridades definidas pela comunidade.

A seção a seguir fornece uma estrutura clara para o engajamento comunitário, pautada em equidade e responsabilização. Ela oferece princípios orientadores, etapas essenciais e melhores práticas, projetadas para garantir que cada etapa do processo de engajamento seja transparente e conduzida pela comunidade.

A. Princípios Fundamentais do Engajamento Eficaz

Antes de delinear etapas específicas, é essencial compreender os valores que devem nortear todos os esforços de engajamento comunitário. Esses princípios são a base para relações equitativas e baseadas na confiança entre os proponentes dos projetos e as comunidades. Todos os aspectos do engajamento comunitário devem ser avaliados em relação a esses valores para garantir que o processo seja acessível, justo e responsivo às prioridades definidas pela comunidade.

O engajamento deve começar cedo, idealmente na fase de concepção — bem antes de uma proposta ser submetida ao EFSB ou aos municípios. O engajamento precoce permite que as comunidades definam não apenas os benefícios que recebem, mas também aspectos-chave do próprio projeto, como a localização do local, o projeto e as medidas de mitigação.

A inclusão é essencial. Estratégias de engajamento devem ser elaboradas para alcançar aqueles que, muitas vezes, têm menos probabilidade de participar, mas maior probabilidade de serem impactados pelos resultados. As CBPs devem priorizar o contato com as BAs, comunidades de baixa renda e de minorias étnicas, governos tribais, comunidades com proficiência limitada em inglês, bem como áreas rurais e outras comunidades que historicamente foram excluídas dos processos de tomada de decisão.

Transparência gera confiança. Todas as informações relacionadas ao projeto compartilhadas com a comunidade devem ser precisas, oportunas e fáceis de entender, incluindo a tradução para os idiomas relevantes para uma determinada área (em conformidade com o Plano de Acesso a Idiomas do EFSB ou o protocolo de acesso a idiomas local do município). Além disso, os proponentes devem ser transparentes quanto a incertezas, limitações e riscos potenciais. Transparência também significa tornar os processos de tomada de decisão visíveis — para que os membros da comunidade saibam como suas contribuições serão utilizadas e quem será responsabilizado.

A relevância cultural é fundamental para uma participação significativa. Os esforços de engajamento devem ser adaptados ao contexto cultural e linguístico da comunidade. Isso significa criar espaços e processos que reflitam e respeitem as normas, os valores e as realidades da comunidade – como a prestação de serviços de interpretação e tradução e a realização de reuniões em locais familiares e acessíveis. Deve-se considerar também as barreiras estruturais que os moradores podem enfrentar, incluindo transporte, creche e horários de trabalho inflexíveis. Ao abordar esses desafios e se comunicar de maneiras que ressoem com a comunidade – livres de

jargões da indústria e alinhadas aos métodos preferenciais de compartilhamento de informações – os proponentes de projetos podem promover uma participação inclusiva e equitativa que fortaleça as vozes da comunidade.

O engajamento deve ser contínuo, não um evento único. Construir relacionamentos autênticos exige comunicação regular e bidirecional ao longo de todo o ciclo de vida do projeto – desde a pré-proposta, passando pela construção, até a operação. O engajamento contínuo permite que as comunidades monitorem o progresso, manifestem preocupações e ajudem a ajustar a entrega de benefícios conforme as necessidades evoluem ao longo do tempo.

A responsabilização deve ser parte integrante do processo. Os proponentes de projetos devem documentar como o feedback da comunidade moldou suas decisões e demonstrar progresso mensurável em relação aos compromissos assumidos no CBP ou CBA. Isso inclui relatórios periódicos, avaliações de terceiros, quando apropriado, e oportunidades para a comunidade levantar preocupações e buscar reparação em caso de descumprimento dos acordos.

A justiça distributiva promove a equidade. Os proponentes de projetos devem considerar a justiça distributiva ao elaborar e implementar CBPs ou CBAs. Justiça distributiva é a alocação justa de benefícios, recursos e oportunidades. Por exemplo, comunidades de baixa renda não devem ser oferecidas e nem receber benefícios significativamente inferiores aos oferecidos em comunidades mais ricas. Municípios com poucos recursos muitas vezes carecem de poder político e econômico para negociar e garantir benefícios comunitários significativos para seus moradores. Comunidades afetadas não devem ser tratadas de forma inferior às comunidades com maior poder econômico e político.

Juntos, esses princípios refletem uma mudança do alcance transacional para o engajamento transformador, onde as comunidades não são apenas informadas, mas consultadas e capacitadas para coliderar as decisões que moldam seu ambiente e seu futuro.

B. Processo de Engajamento Passo a Passo

Com base nos princípios fundamentais, as etapas a seguir fornecem um roteiro prático para conduzir um engajamento significativo ao longo do desenvolvimento do projeto. Embora cada comunidade e projeto sejam diferentes, essa estrutura garante uma abordagem consistente de transparência, inclusão e responsabilização. Cada etapa deve ser flexível o suficiente para se adaptar ao contexto local, mas rigorosa o suficiente para garantir que o processo leve a benefícios reais e mensuráveis para a comunidade. As etapas abaixo visam complementar as regulamentações de engajamento pré-protocolo do EFSB e do DOER.

1

Passo 1: Mapeamento das Partes Interessadas e Identificação da Comunidade

- Identificar todas as comunidades impactadas na área geográfica específica do projeto.
- Mapear as Principais Partes Interessadas, assim como, mas não se limitando a:
 - Moradores e grupos do bairro
 - Organizações religiosas e culturais
 - Agências governamentais locais
 - Provedores de saúde pública
 - Pequenos empresários
 - Grupos de defesa de jovens e idosos
 - Organizações de EJ
 - Organizações ambientais
 - Sindicatos e agências de desenvolvimento da força de trabalho
 - Tribos reconhecidas pelo governo federal ou estadual

2

Passo 2: Desenvolver um Plano de Engajamento Comunitário

- Cada CBP deve incluir um Plano de Engajamento Comunitário, que deve detalhar:
 - Objetivos de engajamento
 - Estratégias de divulgação
 - Cronograma e marcos
 - Acesso ao idioma e acomodações de acessibilidade
 - Mecanismos para coletar e incorporar contribuições e feedback
 - Recursos alocados para a participação da comunidade (por exemplo, auxílio financeiro (estipêndio), transporte, creche, etc.)

3

Passo 3: Realizar Divulgação Comunitária Pré-protocolo

- Organize reuniões públicas em locais acessíveis e centrados na comunidade.
- Agende reuniões em horários convenientes para famílias trabalhadoras.
- Ofereça serviços de interpretação e tradução.
- Compartilhe informações preliminares do projeto, incluindo potenciais impactos e conceitos de benefícios.
- Ofereça múltiplos canais de engajamento. Por exemplo:
 - Reuniões presenciais
 - Webinars online
 - Pesquisas (digitais e impressas)
 - Campanhas porta a porta
 - Comunicação multimídia, incluindo jornais locais e multilíngues
 - Pop-ups em eventos locais ou espaços comunitários

- Trabalhe com líderes locais, comunidades religiosas e organizações de base para aumentar a participação e construir confiança.
- Desenvolva capacidade por meio de parcerias com organizações locais para oferecer treinamento, assistência técnica ou educação sobre o processo de localização e desenvolvimento energético.

4

Passo 4: Documentar e Responder às Contribuições

- Acompanhe e publique as contribuições da comunidade, identificando temas, preocupações e recomendações recorrentes.
- Demonstre como o feedback informou:
 - Escolha do local
 - Concepção do projeto e medidas de mitigação
 - Compromissos com benefícios para a comunidade
- Resuma em uma seção do Resumo de Engajamento Comunitário do CBP.

5

Passo 5: Cocriar Compromissos de Benefícios

- Em parceria com a comunidade, defina as prioridades de benefícios (que podem incluir, entre outras, contratações locais, proteção ambiental e da saúde pública e investimentos em infraestrutura).
- Se solicitado, estabeleça um Comitê Consultivo Comunitário (CAC) composto por diversos moradores e organizações locais para orientar e supervisionar o desenvolvimento e a implementação dos benefícios.

6

Passo 6: Manter o Engajamento Durante Todo o Ciclo de Vida do Projeto

- Facilite o contato regular com a comunidade em marcos importantes do projeto (por exemplo, licenciamento, construção, operação).
- Mantenha comunicação bidirecional por meio de:
 - Websites de projetos com atualizações multilíngues
 - Linhas diretas ou alertas por mensagem de texto
 - Reuniões públicas trimestrais
 - Assessoria comunitária ou ouvidoria
- Se estabelecido, um CAC deve se reunir trimestralmente para avaliar o progresso na implementação do CBP.

7

Passo 7: Reportar e Refletir

- Reportar publicamente sobre:
 - Atividades de engajamento realizadas.
 - Principais temas levantados pela comunidade.
 - Como o feedback influenciou as decisões.
 - Lições aprendidas e mudanças realizadas.

- Essas informações devem ser compartilhadas com a comunidade por meio de formatos multilíngues e acessíveis (por exemplo, panfletos, rádio comunitária, mídia social, vídeos).

Essa estrutura de engajamento garante que os CBPs sejam fundamentados em equidade, responsabilidade e liderança comunitária, cumprindo tanto a letra quanto o espírito dos princípios da EJ (engajamento significativo e distribuição equitativa) na transição energética.

IV. Transformando Compromissos em Ações

Uma vez identificadas as prioridades de benefício para a comunidade por meio do engajamento, o próximo passo crucial é transformar essas ideias em compromissos concretos e acionáveis. Muitas vezes, promessas vagas ou objetivos mal definidos geram confusão, desconfiança e impacto limitado. Esta seção descreve como elaborar compromissos específicos, mensuráveis e responsáveis, garantindo que os planos vão além das boas intenções e alcancem resultados significativos e rastreáveis.

Compromissos bem estruturados devem:

- Descrever claramente cada benefício proposto, incluindo o que está sendo entregue e a quem se destina.
- Incluir marcos SMARTIE para cada compromisso para garantir que as metas sejam:
 - **Específicas:** As metas devem ser claramente definidas, não deixando espaço para ambiguidade.
 - **Mensuráveis:** As metas devem ter critérios ou parâmetros quantificáveis para acompanhar o progresso e determinar o sucesso.
 - **Atingíveis:** As metas devem ser realistas e atingíveis.
 - **Relevantes:** As metas devem estar alinhadas com as prioridades da comunidade e contribuir para um propósito maior.
 - **Temporais:** As metas devem ter um prazo ou cronograma claro para criar um senso de urgência e responsabilidade.
 - **Inclusivas:** As metas devem ser elaboradas para garantir uma participação significativa e acessível.
 - **Equitativas:** As metas devem promover a distribuição equitativa dos benefícios ambientais e econômicos e mitigar ônus desproporcionais.
- Identificar as partes responsáveis pela implementação.
- Descrever as fontes de financiamento e o orçamento para cada benefício, fornecendo transparência sobre como os recursos são alocados e sustentados.
- Fornecer um cronograma claro para entrega, alinhado com as fases do projeto (ou seja, pré-construção, construção, operações).

A. Responsabilidade por Meio da Estrutura

Cada benefício deve ser combinado com:

- **Indicadores de Progresso:** Métricas que mostram se a implementação está no caminho certo (por exemplo, número de moradores contratados, valores investidos em infraestrutura).
- **Mecanismos de Monitoramento:** Identifique quem acompanhará e avaliará o progresso, com que frequência e como os resultados serão compartilhados com o público.
- **Supervisão Comunitária:** Funções dos membros da comunidade ou órgãos consultivos na revisão do progresso e no levantamento de preocupações.
- **Planejamento de Contingência:** Medidas que serão tomadas caso um marco seja perdido ou os resultados não sejam alcançados.

B. Garantindo Flexibilidade, Mantendo a Integridade

Embora os planos devam ser específicos, eles devem permitir espaço para adaptação. As necessidades da comunidade podem evoluir e certos aspectos do projeto podem mudar. Os CBPs devem incluir disposições para revisar e refinar os compromissos de benefícios por meio de um diálogo contínuo com a comunidade.

Essencialmente, esta etapa do processo consiste em estabelecer compromissos claros e realizáveis com os quais as comunidades possam contar. Ao fundamentar os compromissos em prioridades definidas pela comunidade, apoiá-los com recursos e vinculá-los a marcos rastreáveis, os proponentes do projeto podem entregar resultados que reflitam responsabilidade compartilhada e benefício mútuo.

V. Estruturação de um Plano de Benefícios Comunitários

Após a identificação das prioridades da comunidade e o estabelecimento de compromissos claros, os proponentes do projeto devem organizar essas informações em um CBP. A seguir, veja um modelo com os principais componentes que todo plano deve incluir, juntamente com orientações sobre como abordar cada seção. O OEJE recomenda que uma minuta de CBP seja um componente obrigatório da solicitação de um projeto a um município e ao EFSB.

A. Componentes Recomendados do CBP pelo OEJE

1. Resumo Executivo

- a. Uma visão geral concisa do projeto, do processo de engajamento, dos principais benefícios e dos resultados pretendidos.

- b. Um destaque dos benefícios e ônus mais significativos resultantes do projeto.
- c. Um resumo de como os benefícios respondem aos ônus e se alinham às prioridades da comunidade. Além disso, destaca-se aqui que os benefícios de um CBP devem ser somados à mitigação na análise de impacto cumulativo.

2. Descrição e Contexto do Projeto

- a. Um resumo da instalação de energia proposta, incluindo necessidade/benefícios, localização, tamanho, tipo de tecnologia, cronograma e possíveis impactos.
- b. Um mapa ou representação visual do local do projeto e sua relação com as comunidades próximas.

3. Resumo do Envolvimento da Comunidade

- a. Uma descrição do processo de divulgação e engajamento usado para desenvolver o CBP.
- b. Inclua métodos de divulgação, datas e locais de reuniões, métricas de participação, temas principais de contribuições da comunidade e como o feedback informou os compromissos de benefícios.
- c. Identifique quaisquer parceiros comunitários ou órgãos consultivos envolvidos no processo.

4. Prioridades Comunitárias Identificadas

- a. Um resumo das necessidades, preocupações e prioridades expressas pelos membros da comunidade e Principais Partes Interessadas.
- b. Organize as prioridades em temas (por exemplo, saúde, força de trabalho, infraestrutura) para mostrar como as contribuições se traduziram em ações.

5. Compromissos de Benefícios

- a. O cerne do CBP: uma lista clara e organizada de compromissos
- b. Cada compromisso deve incluir:
 - i. Descrição do benefício.
 - ii. População-alvo ou área geográfica.
 - iii. Cronograma de implementação.
 - iv. Alocação de financiamento ou comprometimento de recursos.
 - v. Parceiros de entrega (se aplicável).
 - vi. Marcos SMARTIE e indicadores de desempenho.
- c. Agrupe os compromissos por categoria (por exemplo, EJ, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, etc.) para maior clareza.

6. Estrutura de Monitoramento e Responsabilização

- a. Descreva como o progresso será monitorado, relatado e avaliado ao longo do tempo.
- b. Inclua:
 - i. Cronograma de monitoramento e responsáveis.
 - ii. Mecanismos de relatórios públicos (por exemplo, painéis, boletins informativos, reuniões comunitárias).
 - iii. Função de quaisquer órgãos consultivos ou revisores terceirizados.

- iv. Processo para membros da comunidade enviarem preocupações ou reclamações.
- v. Planos de contingência ou ações corretivas para marcos ou compromissos não cumpridos.

7. Sustentabilidade e Impacto a Longo Prazo

- a. Descreva como os benefícios serão sustentados além da fase de construção.
- b. Se aplicável, inclua planos para fundos fiduciários, parcerias de longo prazo, dotações ou investimentos recorrentes.

8. Apêndices (opcional)

- a. Documentos de apoio, como cartas de apoio, materiais de envolvimento da comunidade, resultados de pesquisas, análises baseadas em necessidades de infraestrutura de instalações ou energia, mapas e designs de projetos ou acordos de parceria devem ser incluídos.

B. Tom e Acessibilidade

Os CBPs devem ser escritos em linguagem simples e acessível, de fácil compreensão para os membros da comunidade. Evite jargões do setor. Os termos técnicos devem ser claramente definidos e versões traduzidas devem ser fornecidas para comunidades com proficiência limitada em inglês. Recursos visuais, como gráficos, mapas e cronogramas, podem ajudar a esclarecer informações complexas e tornar o plano mais envolvente.

VI. Exemplos de Compromissos Significativos

Os CBPs não são uma “solução única para todos”. Cada comunidade é única, com seu próprio conjunto de prioridades e desafios. Os benefícios para a comunidade devem ser proporcionais, tangíveis e localmente significativos, além de operacionalmente viáveis para o desenvolvedor. Assim, o desenvolvimento de um CBP eficaz exige um engajamento significativo entre o desenvolvedor e a comunidade para garantir que as questões mais importantes para a comunidade

anfitriã sejam abordadas. Os benefícios naturalmente variam dependendo da escala do projeto. Grandes projetos de infraestrutura de energia limpa normalmente têm mais recursos e impactos mais amplos, permitindo investimentos comunitários mais abrangentes. Projetos menores podem fornecer benefícios igualmente significativos, mas em uma escala mais direcionada. Os exemplos a seguir refletem prioridades comuns, como justiça e equidade ambiental, desenvolvimento econômico e da força de trabalho, infraestrutura e apoio à comunidade e proteção ambiental e da saúde pública,

Não existe uma solução única para todos. Os Planos de Benefícios Comunitários devem refletir as prioridades, os desafios e os objetivos específicos de cada comunidade.

mas devem sempre ser adaptados ao contexto dos objetivos e desafios de cada comunidade.

Área Prioritária	Grande Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa	Pequena Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa
Justiça Ambiental e Equidade	• Estabelecer um CAC com poder de decisão e remuneração para os membros • Financiar um programa plurianual de envolvimento comunitário com serviços de tradução e interpretação • Comprometer-se em evitar a instalação em ou perto de terras culturalmente significativas e desenvolver planos de mitigação em conjunto com os governos tribais. • Acordos de administração de terras com governos tribais ou fundos de terras comunitários locais, especialmente se estiverem envolvidas terras culturais ou históricas • Financiar ou modernizar um edifício público (por exemplo, biblioteca, centro comunitário) com energia solar e bateria de reserva	• Criar uma função de ligação local para manter a comunicação aberta durante a construção e operação • Criar oportunidades recreativas expandidas • Aplicar créditos de contas de energia solar comunitária em contas de clientes de serviços públicos de eletricidade ou reduzir custos de energia no município anfitrião
Desenvolvimento Econômico e Força de Trabalho	• Garantir cotas de contratação local (por exemplo, 30-50% dos empregos na construção civil em um raio de X milhas) • Financiar centros de treinamento de mão de obra ou programas de	• Contratar empreiteiros locais para construção e manutenção • Oferecer estágios remunerados ou vagas de treinamento para jovens locais interessados em energia renovável

Área Prioritária	Grande Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa	Pequena Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa
	pré-aprendizagem em carreiras de energia limpa • Priorizar pequenas empresas locais, de propriedade de minorias e de mulheres nas compras	• Fornecer subsídios para a reconstrução de pequenas empresas vinculados à operação do projeto
Infraestrutura e Apoio Comunitário	• Co-investir em melhorias de estradas, calçadas ou portos necessárias para a logística do projeto que também beneficiem a comunidade • Melhorar os sistemas de águas pluviais e drenagem em bairros afetados pelo projeto • Expandir a infraestrutura de banda larga ou de comunicações em áreas rurais ao longo dos corredores de transmissão	• Melhorar o acesso rodoviário local e as medidas de segurança perto das instalações • Adicionar iluminação pública ou embelezamento de ruas ao longo das rotas de acesso ao projeto • Fornecer pontos de acesso Wi-Fi ou suporte de banda larga em pequena escala • Incorporar estações públicas de carregamento de veículos elétricos, alimentadas pela instalação, oferecidas gratuitamente ou com tarifas reduzidas para os residentes locais
Proteção Ambiental e da Saúde Pública	• Financiar redes de monitoramento da qualidade do ar e tornar os dados públicos em tempo real • Implementar compensação abrangente de restauração ou conservação de habitats para terras perturbadas • Oferecer melhorias na eficiência energética residencial ou subsídios para telhados solares para reduzir a carga energética doméstica	• Fornecer recursos de projeto de redução de ruído para instalações próximas às residências • Plantar árvores como barreiras para reduzir poeira, calor e impactos visuais • Apoiar projetos de jardins comunitários ou espaços verdes para obter alimentos locais e sombra • Melhorar o habitat local • Melhorar a qualidade do ar exterior deslocando a fonte emissora

Área Prioritária	Grande Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa	Pequena Instalação de Infraestrutura de Energia Limpa
	Estabelecer parcerias com detentores de conhecimento indígena para orientar práticas de administração, especialmente para restauração de habitats e proteção da água.	

VII. Supervisão e Responsabilidade

Um CBP é tão forte quanto os sistemas implementados para monitorar e avaliar sua implementação. Para manter a confiança pública e garantir o acompanhamento, os proponentes de projetos devem se comprometer em fornecer relatórios regulares e transparentes e a se comunicar abertamente com a comunidade. O OEJE pode trabalhar em parceria com a Divisão de Participação Pública do DPU para apoiar os proponentes e as principais partes interessadas no desenvolvimento e na discussão dos CBPs, conforme solicitado. Para obter assistência, entre em contato com o OEJE pelo e-mail EJ.inquiries@mass.gov.

Monitoramento e transparência são fundamentais. Os proponentes de projetos devem apresentar relatórios regulares e se envolver abertamente com as comunidades que atendem.

Os proponentes devem estabelecer mecanismos claros de responsabilização que podem incluir:

- Um cronograma de monitoramento e relatórios, alinhado com os marcos do projeto.
- Ponto(s) de contato designado(s) para membros da comunidade e órgãos reguladores.
- Relatórios de progresso públicos, publicados pelo menos trimestralmente e disponibilizados nos idiomas falados pela comunidade anfitriã e em formatos acessíveis.
- Oportunidades para a comunidade revisar o progresso por meio de comitês consultivos, sessões de audiência comunitária ou outros fóruns; e/ou
- Abordagens para a transição da gestão comunitária entre gerações, garantindo que a liderança local não dependa de poucos indivíduos. Isso pode envolver

mentoria de jovens, funções consultivas remuneradas ou estruturas de governança rotativas.

Os proponentes são fortemente incentivados a dar o próximo passo, firmando CBAs com CBOs, municípios e/ou coalizões de membros da comunidade que reflitam os interesses e as necessidades dos moradores impactados. Diferentemente dos CBPs, que são instrumentos de planejamento não vinculativos, os CBAs são contratos legalmente executáveis que formalizam os compromissos assumidos pelo proponente. Os CBAs fornecem uma estrutura clara para a responsabilização, esclarecem papéis e responsabilidades e ajudam a solidificar as expectativas de ambas as partes.

VIII. Sustentabilidade a Longo Prazo

Embora muitos benefícios para a comunidade sejam proporcionados durante as fases iniciais do desenvolvimento do projeto, os resultados mais significativos são aqueles que perduram ao longo da vida útil da instalação. Sustentabilidade, neste contexto, significa garantir que os benefícios permaneçam responsivos, resilientes e eficazes.

Os candidatos devem elaborar seus CBPs com a adaptabilidade em mente, reconhecendo que:

- As necessidades da comunidade podem mudar ao longo do tempo, principalmente em resposta a mudanças nas condições ambientais, econômicas ou de saúde pública.
- Novas oportunidades de colaboração, investimento ou geração de benefícios podem surgir durante a construção ou após a entrada em operação de um projeto.
- O engajamento contínuo é fundamental para manter os benefícios alinhados às prioridades da comunidade.

Para apoiar o sucesso a longo prazo, os CBPs devem:

- Incluir pontos de revisão integrados para avaliar se os benefícios permanecem relevantes.
- Identificar quaisquer investimentos recorrentes ou compromissos em andamento.
- Garantir que existam mecanismos para que a comunidade proponha ajustes ou levante preocupações à medida que o projeto evolui e/ou avança.

Embora fundos fiduciários formais ou doações de longo prazo não sejam necessários, os proponentes são incentivados a explorar abordagens criativas para sustentar os benefícios, como parcerias com instituições locais, estratégias de reinvestimento ou programas de subsídios rotativos. Sustentabilidade não significa manter uma lista estática de benefícios, mas sim construir relacionamentos flexíveis e duradouros que possam apoiar o progresso compartilhado ao longo do tempo.

IX. Construindo Confiança, Gerando Impacto

A transição para a energia limpa representa uma oportunidade histórica — não apenas para construir uma rede moderna e confiável, mas também para construir um futuro mais justo, inclusivo e resiliente. Os CBPs e os CBAs desempenham um papel fundamental nesse processo, ajudando a garantir que os benefícios da transição sejam compartilhados de forma mais ampla. Quando projetados e implementados de forma eficaz, os CBPs e os CBAs podem ir além da conformidade e da remuneração e se tornar veículos de investimento, colaboração e poder comunitário.

Os Planos de Benefícios Comunitários são ferramentas de transformação: quando fundamentados em equidade, confiança e respeito pelas vozes da comunidade, eles podem gerar mudanças duradouras.

Perceber esse potencial exige mais do que apenas cumprir requisitos. É preciso escuta profunda, relacionamentos de longo prazo e construção de confiança, além de um compromisso genuíno com a equidade. Significa reconhecer o conhecimento e a liderança já existentes no BA e cocriar soluções que reflitam valores e visões compartilhados.

Essas normas e diretrizes oferecem uma estrutura para ajudar os proponentes de projetos a atingirem essas metas com clareza, consistência e responsabilidade, mas a responsabilidade de tornar esses planos significativos recai sobre todos os envolvidos no processo. O OEJE incentiva os proponentes a abordarem esse trabalho com humildade, transparência e disposição para aprender.

Ao centralizar comunidades, cumprir promessas e planejar o sucesso a longo prazo, os proponentes de projetos podem ser verdadeiros parceiros e ajudar a garantir que o desenvolvimento energético não apenas alimente casas, mas melhore bairros, crie oportunidades e apoie um mundo mais saudável e equitativo.

X. Estudos de Caso e Recursos Adicionais¹

- [Step-By-Step Guide to Creating a Community Benefit Plan](#) (*Guia passo a passo para criar um plano de benefícios comunitários*): O Manual de Benefícios Comunitários do People's Justice40+ da Emerald Cities Collaborative oferece orientações para o desenvolvimento de CBPs para comunidades de baixa renda, rurais, negras, indígenas e pessoas de cor (BIPOC), de linha de

¹ OEJE está fornecendo estes como recursos adicionais para fins informativos e não necessariamente endossa as declarações contidas neles.

frente e de cerca, e organizações comunitárias que atendem a essas comunidades.

- **Expert Insights on Best Practices for Community Benefits Agreements** (*Insights de especialistas sobre as melhores práticas para acordos de benefícios comunitários*): O relatório do Centro Sabin para a Lei das Mudanças Climáticas apresenta 35 recomendações para incorporadoras e comunidades anfitriãs na negociação e elaboração de CBAs. Essas recomendações são provenientes de entrevistas com advogados e outros especialistas que, em conjunto, negociaram dezenas de CBAs para projetos de infraestrutura climática e outros tipos de projetos.
- **US Clean Energy Projects Need Public Buy-in. Community Benefits Agreements Can Help** (*Projetos de Energia Limpa nos EUA precisam da adesão do público. Acordos de Benefícios Comunitários Podem Ajudar*): Este artigo publicado pelo World Resources Institute explica como os CBAs e outros tipos de acordos de projeto podem ser elaborados para atender às necessidades específicas de cada comunidade.
- **State Legislative Requirements for Community Benefits Agreements in Renewable Energy Projects** (*Requisitos legislativos estaduais para acordos de benefícios comunitários em projetos de energia renovável*): A Iniciativa para Justiça Energética publicou uma pesquisa para fornecer às pessoas ferramentas práticas e conhecimento com lições aprendidas de diversas abordagens de benefício comunitário para informar políticas energéticas mais justas e responsivas.
- **Cumulative Impact Assessment and Community Benefit Plans Literature Review** (*Revisão da literatura sobre avaliação de impacto cumulativo e planos de benefícios comunitários*): Um relatório da StarLuna Consulting, LLC que sintetiza a literatura que descreve tanto a análise de impactos cumulativos quanto os planos de benefícios à comunidade.